

Introdução

- Neste momento presente, encontramos-nos numa situação de evidente impasse no que diz respeito às opções ortográficas realmente assumidas pela população portuguesa, em confronto com um estado de coisas imposto contra o senso comum e a prática instituída do português europeu
- Tentando fazer uma síntese da experiência dos últimos quinze meses, chegamos às seguintes conclusões:
 - Por um lado, têm sido exemplificadas até à exaustão as razões pelas quais o Acordo Ortográfico de 1990 (AO) não só não cumpre os objectivos que alegadamente se propôs atingir – ou seja, unificação e simplificação ortográficas e por aí intensificação comunicacional oral e escrita entre os países lusófonos – como sobretudo são neste momento evidentes os resultados diametralmente inversos a esses mesmos objectivos, a saber: desorientação e dispersão ortográfica devido às facultatividades previstas no próprio AO, complicação devido à aproximação entre ortografia e pronúncia, o que equivale a uma dissolução do conceito de *ortho-graphia*, escrita recta, correcta.
 - Por outro lado, e como consequência de tal discrepância, é confrangedor ver o panorama da total incoerência do voluntarismo governamental e administrativo na aplicação de uma reforma dispendendo de meios manifestamente insuficientes para a realizar. Com efeito, o conversor Lince, não reconhecendo as opções possibilitadas pelas facultatividades previstas no AO, procede a cortes indiscriminados e cegos, com resultados que oscilam entre o cómico e o dramático. Particularmente grave, neste contexto, é o efeito patente em documentos oficiais como o DR em que pululam “fatos” e outras palavras cujas consoantes foram indevidamente cortadas sem serem mudas, o que desacredita (ainda mais) o carácter vinculativo de decisões políticas que se pretende tornar oficiais.

Considerações e propostas

- Estão patentes as manifestações de caos e de subsequente desorientação face ao uso da nossa língua escrita, a nível nacional e internacional.
- A nível nacional, desfaz-se uma prática linguística comunitária que corresponde a hábitos enraizados em várias gerações de leitura e escrita. Subtrai-se às novas gerações a aventura da aprendizagem da história das famílias de palavras, sem que se obtenham resultados positivos com tal delapidação que não pode passar sem o apoio informático. Ora está provado pela moderna investigação antropológica e neurofisiológica que na infância a ligação entre a mão e o cérebro é fundamental para o desenvolvimento harmonioso de qualquer indivíduo, desenvolvimento esse que se vê curto-circuitado pela criação de uma dependência precoce face aos meios informáticos. Tal desintegração de uma prática comunitária válida coloca numerosos encarregados de educação perante o dilema de adoptar um grafoclecto com que não concorda, a fim de

não prejudicar os seus educandos, ou de ter de instruir estes com meios para fazer face a uma situação para muitos angustiante, em nome do princípio da protecção do património comum da língua. Isto para não falar dos problemas causados pela imposição laboral da adopção das normas instáveis do AO em locais de trabalho onde os subordinados não possam contorná-las.

- A nível internacional, o prestígio do Português europeu vê-se desnecessariamente diminuído e truncado por cedências escusadas a uma ideia de unificação que na realidade só vem favorecer a implementação da variante brasileira, que tende a ocupar o terreno cedido por um “acordês” que se torna em objecto de aprendizagem desinteressante, robotizado, quiçá provisório. E na realidade não se poderia manter a coexistência da variante brasileira com o Português europeu padrão? Tal coexistência existe entre as variantes da anglofonia, da francofonia e da hispanofonia. Bastaria elaborar um vocabulário ortográfico que contemple essas variantes, obra que seria, essa sim, verdadeiramente essencial. A submissão forçada dos leitores de Português dependentes do Instituto Camões a manuais acordizados tem levado esses docentes à humilhação de ter de explicar por que razão se escreve no Brasil “recepção”, “aspecto”, “perspectiva” e em português acordizado “receção”, “aspeto”, “perspetiva”, com a inevitável perda da abertura da respectiva vogal pelo desaparecimento da consoante.

- Tudo isto tem sido exaustivamente documentado por especialistas, linguistas, filólogos, classicistas e professores de literatura. A esmagadora maioria dos utentes da língua portuguesa e das suas práticas identitárias defende que tais práticas de modo algum deveriam ser alteradas de forma tão radical e inútil, sobretudo em tempos de uma crise de recursos, valores e perspectivas de futuro. Temos todos a responsabilidade de defender o prestígio da língua contra a sua desnecessária delapidação, o seu infrutífero desenraizamento da família europeia, que é aliás muito mais profunda e longa do que o episódio colonial.

- Todas estas considerações são do conhecimento do poder político que talvez já principie a intuir a oportunidade histórica que tem entre mãos para suspender um factor de considerável instabilidade. Trata-se de avaliar e corrigir um erro que não é irreversível e que traz consequências crescentemente graves de dia para dia. Tal avaliação só honrará quem souber dar o primeiro passo para reconhecer essas consequências e de agir em conformidade.

- Neste contexto, defendo pessoalmente a reabertura da discussão parlamentar com vista a deliberar a suspensão ou desvinculação do AO, para que possa voltar-se a uma tranquila prática de utilização identitária e sustentável da língua, que retomará um prestígio que não se pauta por mensurações do número de falantes mas pelo equilíbrio de uma estrutura integrada na história e geografia europeias. Também, em tempos, houve coragem para suspender a construção da barragem de Foz Côa. Ou será que ainda alguém não se deu conta das consequências trágicas do prosseguimento de uma *engenharia da língua* que nunca irá resultar, contra uma resistência visivelmente crescente dos cidadãos, arriscando uma auto-ridicularização cada vez mais evidente?

- A delapidação desnecessária do Português europeu causa a maior apreensão, para não dizer indignação, não só em largas camadas da população portuguesa como também em cidadãos estrangeiros que se interessam pelos direitos das línguas, como é o caso do

Comité de Tradução e Direitos Linguísticos do PEN Internacional. Esta organização, fundada em 1921 para dar apoio a escritores ameaçados e perseguidos, está actualmente presente em mais de 100 países através de 145 Centros. Na sua última Assembleia Geral, em Setembro de 2012, as 89 delegações presentes votaram por unanimidade a favor de uma declaração que expressa acima de tudo uma descrença em quaisquer resultados positivos que possa ter uma medida administrativa da dimensão do AO. Se a tradição do PEN nos leva a confiar na possibilidade do diálogo democrático com vista à obtenção de consensos e à superação de impasses, então não terá sido em vão confiar nos efeitos construtivos da crítica, sobretudo quando esta se empenha em formular propostas que visem estancar a presente situação de permanente caos e conflitualidade.

- Em suma: a nossa língua não precisa de *engenharias* computadorizadas, mas sim de uma *gramática* que tenha em conta a diversidade das suas variantes.

11.4.2013

www.penclubportugues.org

http://ww3.fl.ul.pt//pessoais/teresa_cadete/index.htm

<http://www.teresacadete.org/>